

Aspectos negativos no modelo de reporte proposto pela GRI: a opinião das organizações que reportam

Thiago Ferreira-Quilice

Centro Universitário Hermínio Ometto de Araras – Araras/SP, Brasil

Adriana Cristina Ferreira Caldana

Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto/SP, Brasil

RESUMO

O objetivo neste estudo foi identificar aspectos negativos no modelo de reporte proposto pelo *Global Reporting Initiative* (GRI), na opinião dos funcionários responsáveis pelo reporte. A importância deste estudo reside no fato de que poucos trabalhos investigam os relatórios de sustentabilidade a partir desse ponto de vista, e por oferecer ao GRI pontos específicos para serem melhorados. A pesquisa foi conduzida por meio da análise de conteúdo das respostas de 27 empresas à seguinte questão: que aspectos negativos você identifica no modelo de reporte proposto pelo GRI? Essa questão foi enviada a todas as empresas brasileiras que publicaram o relatório GRI, referente ao ano-base 2010, entre os anos 2011 e 2013. Como resultado, os respondentes consideraram que as empresas têm dificuldade em entender o modelo proposto pelo GRI, o qual foi considerado complexo, ambíguo e flexível demais, o que dificulta a padronização e a comparação entre os relatórios. Esse fato tem implicações para o GRI, que poderia propor uma metodologia mais simples e menos flexível.

Palavras-chave: *Global Reporting Initiative*, relatório de sustentabilidade, certificação em sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

A prática de divulgar informações relacionadas à sustentabilidade é bastante comum em diversas empresas, e considerável parte delas, por exemplo, possui em seus *sites* áreas exclusivas com a denominação “sustentabilidade”, para a divulgação de práticas ligadas à gestão da relação entre a empresa e a sociedade (Baumgartner & Ebner, 2010; Campos, Sehnem, Oliveira, Rossetto, Coelho, & Dalfovo, 2013). Porém, há menos de três décadas, esse termo não era nada conhecido e tanto a realização como a divulgação dessas práticas não faziam

Recebido em 27/maio/2014

Aprovado em 14/maio/2015

Sistema de Avaliação: Double Blind Review
Editor Científico: Nicolau Reinhard

DOI: 10.5700/rausp1209

Thiago Ferreira-Quilice, Mestre em Administração de Organizações pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, é Professor no Centro Universitário Hermínio Ometto de Araras (CEP 13607-339 – Araras/SP, Brasil).
E-mail: thiagoquilice@hotmail.com

Adriana Cristina Ferreira Caldana, Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo, é Professora do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, na área de Recursos Humanos (CEP 14040-905 – Ribeirão Preto/SP, Brasil).
E-mail: caldana@fearp.usp.br
Endereço:
Universidade de São Paulo
FEA Ribeirão Preto
Departamento de Administração
Avenida Bandeirantes, 3.900
Monte Alegre
14040-905 – Ribeirão Preto – SP – Brasil

parte das estratégias principais da maioria das companhias (Elkington, 2001).

O objetivo deste trabalho é identificar aspectos negativos do modelo de relatório corporativo para a divulgação das práticas de sustentabilidade proposto pela *Global Reporting Initiative* (GRI), uma instituição não governamental criada em 1997, que incentiva empresas do mundo todo a medirem e divulgarem suas práticas de sustentabilidade por meio da proposição de modelos e indicadores e do fornecimento de uma abordagem sistemática para as empresas reportarem seu desempenho nas dimensões social, ambiental e econômica (Yadava & Sinha, 2015).

Apesar de a prática de divulgar relatórios de sustentabilidade de estar, de certa forma, difundida, os modelos para a criação desses documentos precisam ser constantemente desenvolvidos e melhorados. Um exemplo é o próprio modelo proposto pela GRI, foco deste trabalho, o qual, após várias reedições, está na versão 4.1. Além disso, a literatura apresenta diversas críticas, como a de Morhardt (2009), que, ao analisar as maiores empresas de seis grandes setores da economia, segundo a classificação Fortune Global 500 Sectors, totalizando uma amostra de 100 empresas, verificou que 75% das empresas na amostra adotaram esse relatório como meio de divulgar o seu desempenho em sustentabilidade; embora, ao analisar especificamente o conjunto de indicadores Direitos Humanos, concluiu que muitas delas não disponibilizaram todas as informações requeridas, sendo um dos motivos o alto custo para sua obtenção, por serem difíceis de medir e sem grande utilidade para a empresa.

Também Isaksson e Steimle (2009), analisando os cinco maiores produtores de cimento do mundo, a partir de diversas teorias de sustentabilidade corporativa (eficiência, *triple-bottom-line*, *the natural step* e *stakeholder value*), concluíram que o relatório GRI não é suficiente para comprovar o quão sustentável uma empresa é, pelo menos nesse segmento; apesar de destacarem o fato de que o GRI é o principal e mais utilizado guia para a criação de relatórios de sustentabilidade.

Diante desse cenário, mais pesquisas com o objetivo de analisar o modelo GRI para relatórios de sustentabilidade são necessárias, já que é por meio delas que pontos a melhorar são identificados e divulgados. O diferencial deste trabalho é a proposta de analisar o modelo proposto pela GRI com base na visão das próprias empresas emissoras de relatórios, diferente de diversos trabalhos que buscam entre outros temas: identificar a importância do relatório para diversos *stakeholders* (Moseñe, Burritt, Sanagustín, Moneva & Tingey-Holyoak, 2013), medir os ganhos da empresa (Berthelot, Coulmont, & Serret, 2012) e analisar o tipo de informação divulgada (Samuel, Agamuthu, & Hashim, 2013).

Além disso, poucos trabalhos utilizaram dados primários no estudo dos relatórios GRI (Brown, De Jong, & Levy, 2009; Futerra SustainAbility Communications, KPMG, & SustainAbility, 2010), sendo a maior parte dos estudos baseada na análise das relações entre as características das organizações

(tamanho, setor, rentabilidade, país de origem) e as informações que divulgavam (quantidade de indicadores reportados, nível de aplicação dos relatórios, qualidade da informação divulgada). Foram encontrados apenas dois trabalhos parecidos com o que se propõe aqui, ou seja, questionar a opinião das próprias empresas: um deles promovido pela GRI por meio de instituições parceiras (Futerra SustainAbility Communications *et al.*, 2010) e outro que buscou verificar se as percepções da utilidade dos relatórios GRI são diferentes entre os usuários dos relatórios e as empresas que os preparam (Lin, Chang, & Chang, 2015). Questionar as próprias empresas é importante para compreender por que elas relatam suas práticas de sustentabilidade, visto que o reporte será bem sucedido apenas quando as empresas identificarem o atendimento de suas necessidades. Ressalta-se que o reporte não é feito apenas para atender às necessidades das empresas, já que seu objetivo seria empoderar os *stakeholders* (Brown *et al.*, 2009); entretanto, compreender as necessidades de ambos os lados é importante para um melhor processo de reporte.

Dessa forma, este estudo se destaca por analisar o caso brasileiro, já que poucos trabalhos discutem a gestão para o desenvolvimento sustentável em países emergentes (Gunasekaran, Jabbour, & Jabbour, 2014), e ainda complementa o trabalho de Vigneau, Humphreys e Monn (2014), ao investigar a relação entre o modelo GRI e as práticas organizacionais.

2. RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Uma definição bastante simples dos relatórios de Responsabilidade Social Corporativa, ou de Sustentabilidade (termo mais em uso atualmente), feita por Gray, Owen e Adams (1996, *apud* Dincer, 2011), diz respeito ao dever que as empresas têm de prestar contas de atividades pelas quais são responsáveis. Pesquisas recentes demonstram que até os acionistas minoritários estão interessados nessas prestações de contas ambientais (incluindo-se também as sociais), por exemplo, porque acreditam que as empresas devem se manter responsáveis por qualquer impacto que venham a causar (De Villiers & Van Staden, 2006). Segundo Gray (2001), em um mundo cada vez mais complexo e com organizações mais poderosas, seria inevitável que grupos na sociedade se tornariam ansiosos por uma prestação de contas para verificar se o poder conseguido por essas organizações está acompanhado de suas respectivas responsabilidades. Reynolds e Yuthas (2007) argumentam que há um contrato social entre a empresa e os *stakeholders*, como se eles fossem parte integrante da empresa e que, por isso, possuiriam diversas demandas relacionadas ao gerenciamento das organizações e ao processo de comunicação. Segundo Lozano e Huisinigh (2011), pode-se destacar, ainda, que os relatórios de sustentabilidade são uma evolução consequente do envolvimento das empresas com as questões de sustentabilidade, assim como outras ferramentas de suporte como avaliação do ciclo de vida e sistema de gerenciamento ambiental.

É nítido que as empresas serão cada vez mais demandadas, por todos os *stakeholders*, a prestar contas daquelas atividades que os afetam. Para diversos autores, algumas empresas realmente já têm feito isso, mas sem a clareza e a profundidade com que deveriam. Para Bouten, Everaert, Liedekerkeb, Moor & Christiaens (2011), um relatório suficientemente compreensivo deveria conter três tipos de informação para cada item a ser reportado: visão e metas da empresa; ações tomadas em relação à responsabilidade social empresarial; e indicadores de desempenho. Dessa forma, evitar-se-ia que empresas publicassem, por exemplo, suas metas como se fossem procedimentos já implantados. Hopwood (2009) afirma que as empresas parecem reportar muito mais suas intenções e visões do que as atuais ações e *performance*.

3. RELATÓRIOS CONFORME MODELO GRI

Um dos modelos de publicação de relatórios mais divulgado e utilizado atualmente é o proposto pela *Global Report Initiative* (GRI) – no caso brasileiro, por exemplo, há outros modelos de relatórios, como o Balanço Social do iBase e os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social, mas esses não possuem expressão internacional, razão pela qual não serão considerados nesta pesquisa. Diversos trabalhos têm sido desenvolvidos analisando a adoção dos relatórios GRI por empresas de todo o mundo (Brown *et al.*, 2009; Campos *et al.*, 2013; KPMG, 2013).

Brown *et al.* (2009), após uma extensiva análise documental dos arquivos da GRI e da realização de entrevistas com diversos fundadores, membros e participantes (empresas e *stakeholders*) da GRI, fizeram uma comparação entre a estratégia inicial dos fundadores da GRI e os resultados obtidos nos anos de operação até a data da pesquisa. Os autores apontaram que as estratégias iniciais eram: mobilizar uma grande coalizão entre atores que ainda não tinham se imaginado como membros de uma mesma rede política, com o objetivo de discutir sobre práticas de sustentabilidade corporativa; criar um mecanismo para manter a discussão ao longo do tempo e criar um senso de propriedade compartilhada sobre as novas regras e práticas; e criar uma organização que serviria de administradora das diretrizes propostas e do seu processo de evolução. Segundo os autores, essas estratégias e as táticas empresariais adotadas pelos fundadores da GRI surgiram de alguns pressupostos amplamente aceitos: um deles era que a informação empodera e mobiliza atores sociais a demandar prestação de contas e determinada *performance* das empresas, sendo um instrumento de regulação civil privada; outro pressuposto era que a GRI serviria ao interesse das organizações em atender às demandas do público por organizações socialmente responsáveis e transparentes; e o último pressuposto apontado afirmava que a parceria entre vários *stakeholders* era uma nova forma de governança colaborativa para sustentabilidade.

Como resultado da análise proposta, Brown *et al.* (2009) apontam que a contribuição da GRI no fortalecimento de novas abordagens de governança, baseadas na regulação civil privada e na ampla colaboração entre diversos *stakeholders*, não é tão evidente. Segundo os autores, a GRI tinha duas lógicas institucionais: a lógica de regulação civil, que enxerga o reporte social como uma forma de empoderamento da sociedade civil, e a lógica da *performance* social corporativa, que enfatiza o seu valor instrumental para o gerenciamento corporativo, para a comunidade de investidores e para as firmas de auditoria e consultoria. Essas duas lógicas não são contrárias, e atingi-las fazia parte da proposta da GRI de que a adoção das práticas propostas resultaria em ganhos para ambas as partes. Porém, no desenvolvimento da GRI, essa lógica de regulação civil tem perdido destaque e a iniciativa tem se tornado apenas uma ferramenta das organizações para gerenciarem sustentabilidade, reputação e marca. A lógica de *performance* social corporativa também não seria efetivamente atingida, já que, dada a falta de padronização dos relatórios, não seria possível a comparação entre diversas organizações, ainda que do mesmo setor.

Os autores utilizam a teoria institucional para explicar esse fato: foi construída uma nova instituição sem que fossem impostos reais desafios às instituições de governança corporativa já existentes, como os conselhos de administração e as estruturas do mercado financeiro, além da busca por alinhamento aos padrões de reporte financeiro existentes; assim, prestou-se uma atenção considerável para garantir a participação de grandes corporações multinacionais, empresas de auditoria e investidores, enquanto ativistas e trabalhadores receberam menor atenção, talvez por pensar que esses últimos *stakeholders* participariam do processo de qualquer maneira. Parte desse fato é apontada como sendo um problema estrutural, por tentar assegurar uma base muito grande e divergente de usuários, com diferentes interesses e necessidades; segundo os autores, não é realista esperar que um sistema de reporte fosse suficiente para criar uma base de usuários tão forte. Uma última explicação apontada, também decorrente da teoria institucional, é que o problema estaria no próprio processo de participação de vários *stakeholders*, sem limites de tamanho ou composição; já que, enquanto incentiva um rico diálogo entre as partes, permite que o grupo participante se torne dominado pelos agentes com maiores recursos para investir no processo, o que teria feito a evolução da GRI ser de acordo com a maneira de pensar e com os interesses destes agentes mais privilegiados: empresas multinacionais e consultorias internacionais de gestão e contabilidade.

A partir de uma entrevista com um ativista social, Brown *et al.* (2009) destacam também que as informações nos relatórios GRI não são tão úteis aos problemas específicos do ativismo social em razão de a informação disponibilizada não ser detalhada o suficiente, não dando uma visão adequada dos impactos nas comunidades locais, sendo essa última uma queixa comum, e que, para a mídia, ocorreria o contrário: os relatórios apresentariam informações em excesso e sem

foco, chegando um jornalista a afirmar que não há nada a fazer com os relatórios, a não ser colocá-los em uma pilha. Encontraram-se, ainda, resultados apontando que as empresas não competiam por *performance* em sustentabilidade, já que geralmente não liam os relatórios umas das outras (principalmente porque, dada a falta de padronização, não havia possibilidade de *benchmark*) e devido à base de leitores ser muito pequena, tornando o relatório mais um documento a ser armazenado (Brown *et al.*, 2009).

4. MÉTODO DE PESQUISA

Com o objetivo de identificar os aspectos negativos que as organizações que preparam relatórios de sustentabilidade, seguindo as diretrizes GRI, percebem nesse modelo de reporte, questionou-se as organizações, por meio de correio eletrônico, quais aspectos negativos identificavam no modelo GRI; ou seja, as empresas brasileiras que emitiram relatório de sustentabilidade, conforme o modelo GRI, em 2011, 2012 ou 2013, referentes ao ano-base 2010, e que o publicaram na base de dados mundial dessa mesma organização (*site*: <http://database.globalreporting.org/search>). Foram identificadas 124 empresas com as características descritas, e os resultados de respostas aos questionários foram: 27 empresas respondentes, 87 que não deram retorno algum, seis casos de endereços de correio eletrônico inválidos e quatro casos de companhias que não puderam responder devido ao envolvimento dos profissionais em outros processos da empresa.

A investigação dos resultados foi elaborada com base na técnica de Análise de Conteúdo, optando-se por utilizar um método qualitativo exploratório na definição das categorias de análise (Bardin, 2011). Nesta pesquisa, adotou-se a alternativa de exploração, ou seja, a análise inicial dos dados não será feita com base em suposições. Dado o objetivo de avaliar as opiniões das empresas, preferiu-se estabelecer o quadro de análise com as categorias apenas durante as análises do material, já que o pretendido não é a confirmação de uma teoria ou a experimentação de uma suposição.

5. RESULTADOS

A questão feita às organizações foi sobre aspectos negativos que elas identificavam no modelo de reporte de sustentabilidade proposto pela GRI. Por meio dos temas identificados nas respostas das empresas, foram elaboradas oito categorias que representam pontos negativos na visão das organizações: utilização, foco em grandes empresas, dificuldades no processo proposto, dificuldades internas, modelo final do relatório, avaliação dos relatórios, visão externa do relatório e indicadores.

Na Figura 1 há um mapa conceitual, criado para uma melhor visualização dos resultados, no qual o círculo central representa a questão investigada, e o primeiro nível representa

as categorias nas quais foram agrupados os temas extraídos das respostas das organizações, que estão listados no terceiro nível dos mapas conceituais. Após o mapa conceitual, expõe-se uma discussão dos resultados, dividida por categoria, comparando-os com a revisão de literatura feita. No final da subseção, apresenta-se um quadro demonstrando as categorias e a quantidade de vezes que os temas agrupados em cada uma delas foram citados; ressaltando-se, porém, o caráter ilustrativo das quantidades e números apresentados nestes quadros e nos resultados, já que, nesta pesquisa, o objetivo é qualificar e não quantificar as informações.

5.1. Categoria “foco em grandes empresas”

Uma das críticas das organizações foi que o modelo proposto pela GRI estaria focado nas necessidades das grandes empresas, em cuja categoria estão os temas: “falta de modelo para pequenas e médias empresas”, “focado em empresas e pouco aplicável a instituições de ensino” e “foco em grandes organizações”.

Brown *et al.* (2009) afirmam que, no desenvolvimento das diretrizes da GRI, prestou-se muita atenção às necessidades das grandes corporações para conseguir que aderissem à causa, e que *stakeholders* com menor destaque não receberam a mesma atenção. Apesar de os autores não citarem que as pequenas e médias empresas também não receberam a mesma atenção, pode-se concluir que o foco teria sido o contexto das grandes empresas.

As pequenas e médias empresas enfrentam alguns problemas que as maiores não possuem, no momento de implantar ferramentas voluntárias de reporte sobre sustentabilidade, a saber: níveis de recursos e habilidades que não estão disponíveis em pequenas e médias empresas; investimentos financeiros sem retorno a curto e médio prazos; falta de diretrizes elaboradas especificamente para pequenas e médias empresas; sensibilidade muito baixa às vantagens potenciais; e recursos financeiros limitados (Borga, Citterio, Noci, & Pizzumo, 2009)

No entanto, as diretrizes da GRI são claras ao afirmar que o modelo proposto visa atender desde pequenas empresas até organizações multinacionais (GRI, 2011). Destacam ainda três razões que incentivam o reporte: o reporte torna a apresentação da empresa mais transparente, gerando maior facilidade de acesso a linhas de crédito; o relatório pode ser uma exigência para participar de diversas cadeias de suprimentos; e diversas empresas trabalham em *clusters* (grupos de empresas), para ganharem escala e capacidade de negociação, nesses casos o reporte poderia ser em conjunto, facilitando o gerenciamento do processo e reduzindo os custos por empresa (GRI, 2012).

5.2. Categoria “dificuldades no processo proposto”

Algumas organizações demonstraram dificuldades na utilização do modelo proposto. Os temas relacionados a pontos negativos agrupados nessa categoria são: “dificuldade em obter

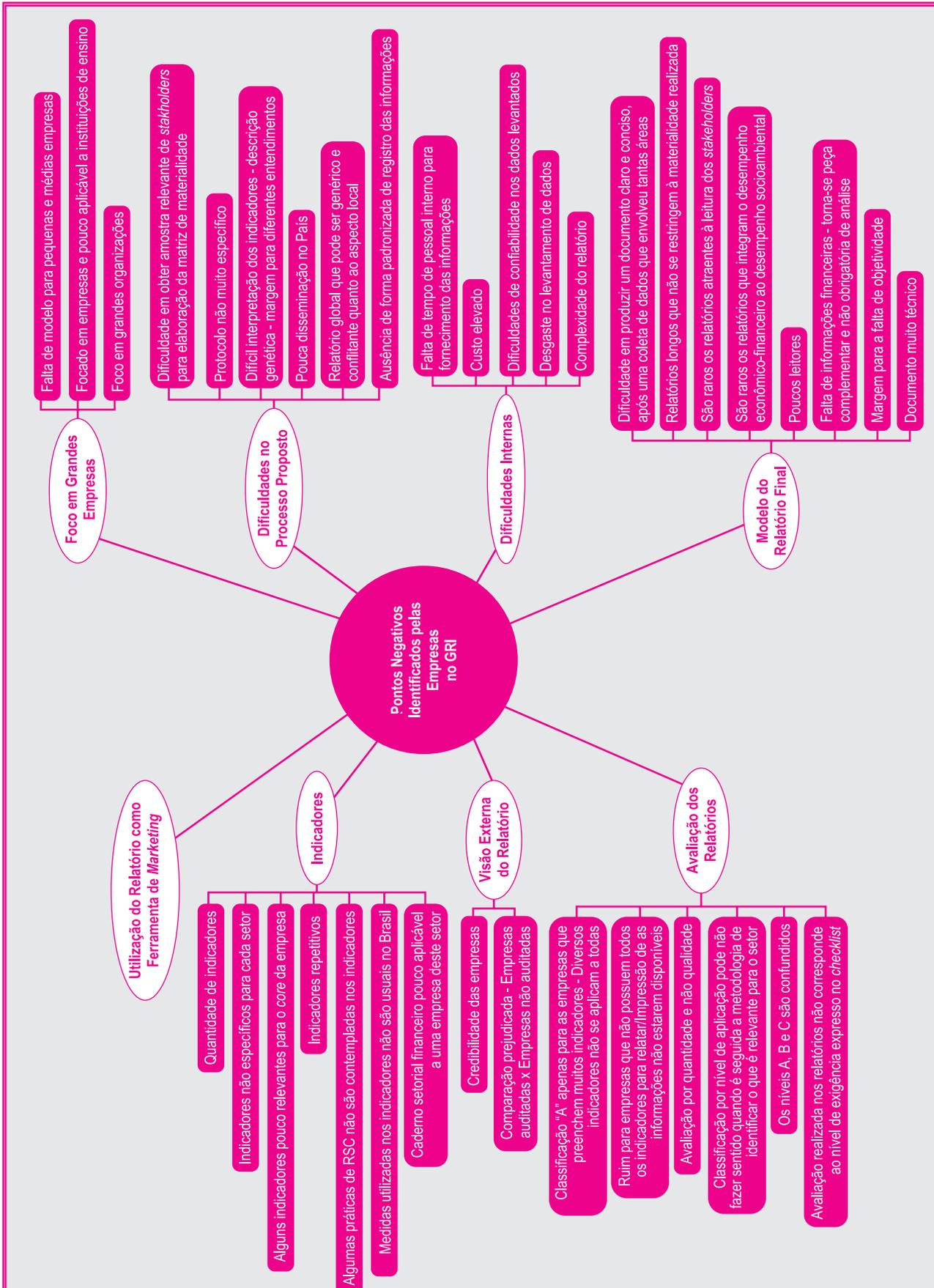


Figura 1: Categorias e Temas Definidos para Agrupar os Pontos Negativos do GRI Apontados pelas Empresas

amostra relevante de *stakeholders* para a elaboração da matriz de materialidade”; “protocolo não muito específico”; “difícil interpretação dos indicadores (já que possuem descrição genérica, há margem para diferentes entendimentos)”; “relatório global que pode ser genérico e conflitante quanto ao aspecto local”; e “ausência de forma padronizada de registro das informações”.

Segundo os princípios da GRI, a definição do que é importante (possui materialidade) para ser reportado nos relatórios deve ser definido por meio de mecanismos de interação entre empresas e *stakeholders*, em um processo que terminaria na constituição de uma matriz de materialidade (GRI, 2011). Porém, é interessante notar que uma das empresas afirmou ser difícil obter uma amostra de *stakeholders* para a elaboração da matriz de materialidade, principalmente porque o relatório deveria ser algo para atender a demandas dos *stakeholders*; essa resposta reforça a ideia de Brown *et al.* (2009) de que a contribuição da GRI no fortalecimento de novas abordagens de governança, baseadas na regulação civil privada e na ampla colaboração entre diversos *stakeholders*, não é tão evidente. Nesse sentido, as propostas de Ramos, Martins, Martinho, Douglas, Painho e Caeiro (2014) e Siddall, Grey e Dyer (2013), sobre como envolver o *stakeholder*, poderiam ser bastante úteis, já que o nível de envolvimento do *stakeholder* dependeria da oportunidade de participação que ele recebe (Ramos *et al.*, 2014).

Além da dificuldade em conseguir a participação de *stakeholders*, as críticas nessa categoria estão relacionadas à falta de padronização no processo de reporte, que poderia ter como consequência relatórios também impossíveis de comparar. Sobre isso, Roca e Searcy (2012) analisaram os relatórios de sustentabilidade (GRI ou não) de 94 empresas canadenses, buscando entender o tipo de informação divulgada, e identificaram 585 diferentes indicadores – porém, o mesmo indicador poderia ser contado mais de uma vez caso tivesse diferentes nomes. Brown *et al.* (2009) reforçam ainda que, dada a falta de padronização dos relatórios, não seria possível a comparação entre diversas organizações, ainda que do mesmo setor.

5.3. Categoria “dificuldades internas”

Diferente da anterior, essa categoria não contém os aspectos negativos relacionados ao modelo em si, mas sim relacionados às dificuldades da organização em colocar o modelo proposto em prática. Os temas identificados foram “falta de tempo do pessoal interno para fornecimento das informações”, “custo elevado”, “dificuldade de confiabilidade nos dados levantados” e “desgaste no levantamento dos dados”.

Por meio dessa categoria, percebe-se que algumas das dificuldades apontadas por Borga *et al.* (2009), que seriam específicas de pequenas e médias empresas, ocorrem também em grandes organizações, já que, entre os respondentes dessa categoria, há apenas organizações multinacionais, de grande porte, estatais, privadas, de capital aberto e de capital fechado. Vale destacar que, dentre as duas organizações respondentes que

são de pequeno porte, nenhuma apontou qualquer ponto negativo relacionado a essa categoria – no entanto, ressalta-se que a atuação de ambas está ligada às práticas de sustentabilidade.

Logo, essa categoria contradiz alguns dos aspectos da pesquisa de Borga *et al.* (2009, p. 164), já que, segundo os autores, problemas como “a necessidade de níveis de habilidades que não estão disponíveis”, “os investimentos financeiros sem retorno a curto e médio prazos” e “recursos financeiros limitados” seriam problemas apenas de pequenas e médias empresas. Uma das empresas (de grande porte e de capital aberto) afirmou:

“Talvez, o principal ponto negativo seja o desgaste gerado no processo de apuração de indicadores de sustentabilidade e na transformação de um grande volume de informações em um conteúdo atrativo para os *stakeholders*. Esse desgaste é, de certo modo, compreensível, por conta da abrangência de assuntos e do grande número de pessoas envolvidas no processo de resposta aos indicadores, de revisão e de aprovação.”

Outro resultado obtido na pesquisa foi que a complexidade do relatório dificultaria sua elaboração: segundo a organização, um ponto negativo é “a complexidade do relatório e a pouca disseminação no Brasil (até pouco tempo encontravam-se apenas materiais em inglês)”. Essa opinião contraria as pesquisas de Campos *et al.* (2013), Calixto (2013) e do estudo da GRI – Reporting Change: Readers & Reporters Survey 2010 (Futerra SustainAbility Communications *et al.*, 2010), segundo os quais o Brasil é um dos países que mais se destaca na adoção do modelo GRI como base para a emissão de relatórios de sustentabilidade.

5.4. Categoria “modelo do relatório final”

Diversas empresas mostraram-se insatisfeitas com o resultado final do processo de reporte: o relatório. Parte dos temas extraídos das respostas tem maior relação com o seu formato: “dificuldade em produzir um documento claro e conciso”, “relatórios longos que não se restringem à materialidade realizada”, “são raros os relatórios atraentes à leitura dos *stakeholders*”, “há poucos leitores”, “documento muito técnico” e “há margem para a falta de objetividade”.

Esses dados corroboram a pesquisa de Brown *et al.* (2009), que, ao entrevistarem leitores dos relatórios, obtiveram como resultado que as informações disponibilizadas não eram detalhadas o suficiente (resposta de um ativista social), que os relatórios apresentavam informação em excesso e sem foco (opinião de um jornalista), que a base de leitores era pequena e que as empresas não liam os relatórios umas das outras, dada a falta de padronização.

Também parecem explicar o resultado de uma das questões do estudo Reporting Change: Readers & Reporters Survey 2010, que questionou diversos emissores de relatórios GRI

pelo mundo sobre como eles mediam o sucesso de seus reportes. O resultado foi que, enquanto 33% das organizações avaliam o sucesso do relatório por meio da evolução de seu desempenho em sustentabilidade e 32% o fazem por meio de reconhecimento externo (prêmios ou avaliações), apenas 16% consideram o *feedback* positivo de leitores e da mídia, e 15% levam em conta a utilização do relatório pelos *stakeholders*. Em outras palavras, o documento parece estar mais voltado ao público interno do que ao externo.

E a outra parte dos temas extraídos está ligada a uma questão mais fundamental: que deveria haver um melhor equilíbrio entre as informações econômicas e financeiras e as socioambientais. Uma das empresas observou que o modelo da GRI “não exige a integração com as informações financeiras, tornando-se peça complementar e não obrigatória à análise de investidores” e outra ressaltou que “são raros os relatórios que realmente integram o desempenho econômico-financeiro ao socioambiental”.

Pesquisas da GRI (2013) e da KPMG (2013) têm verificado uma tendência à integração entre relatórios de sustentabilidade e os relatórios anuais das empresas. Uma das iniciativas no sentido de padronização desse novo modelo de reporte é o projeto-piloto fomentado pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), resultado da parceria entre a GRI e o *Prince's Accounting for Sustainability Project* (A4S).

5.5. Categoria “avaliação dos relatórios”

Algumas empresas criticaram a classificação dos relatórios GRI em níveis de aplicação, que funciona de acordo com a quantidade de indicadores reportados. Duas empresas criticaram o fato de a classificação A ser apenas para empresas que preenchem muitos indicadores, sendo que diversos indicadores não se aplicam a todas, e outra destacou que a classificação por nível de aplicação pode não fazer sentido quando se adota a metodologia de identificar o que é relevante para o setor. Porém, as diretrizes GRI destacam que explicar a razão da omissão de um indicador também conta como indicador reportado (GRI, 2012b).

Ainda, segundo levantamento das empresas: o esquema de classificação proposto “avalia quantidade e não qualidade” e “os níveis A, B e C são confundidos com notas”. Boiral (2013) chegou a uma conclusão parecida após analisar os relatórios de sustentabilidade, baseados nas diretrizes do GRI, de 23 empresas dos setores de energia e mineração com classificação A e A+, e compará-los a diversos eventos ocorridos no período de reporte, quando identificou que 90% dos eventos negativos significativos não foram reportados.

Por fim, criticou-se também que a “avaliação realizada nos relatórios não corresponde ao nível de exigência expresso no *checklist*”, opinião que parece demonstrar certa flexibilidade da GRI na avaliação, apesar de um maior rigor na elaboração das diretrizes. Brown *et al.* (2009) criticam o fato de que grandes corporações e empresas de consultoria parecem dominar a evo-

lução da GRI, em função de um grande esforço para engajá-las na iniciativa e, caso eles estejam certos, essa flexibilização na avaliação poderia ser fruto desse processo.

5.6. Categoria “utilização do relatório como ferramenta de marketing”

Aqui são categorizados dois temas. O primeiro critica a utilização dos relatórios de sustentabilidade como instrumento de *marketing*, sendo esse um aspecto tanto positivo como negativo, pois, caso a empresa seja sustentável, seria natural que o *stakeholder* cliente soubesse disso e recompensasse essa organização no momento da compra e, caso contrário, que a penalizasse (Utama, 2011). Porém, Du (2014) e Haigh e Jones (2006) sugerem que a maior parte dos relatórios de sustentabilidade são ferramentas de relações públicas das empresas e não uma forma de transparência na prestação de contas, concordando com Boiral (2013), o qual, após analisar os relatórios de sustentabilidade, baseados nas diretrizes do GRI, de 23 empresas dos setores de energia e mineração com classificação A e A+, e compará-los a diversos eventos ocorridos no período de reporte, identificou que 90% dos eventos negativos significativos não foram reportados.

5.7. Categoria “visão externa dos relatórios”

As organizações respondentes também criticaram o fato de que nem todo relatório é confiável, já que as empresas podem declarar que estão de acordo com as diretrizes, mas não houve uma conferência externa do que foi publicado, havendo, nesse sentido, uma falta de credibilidade das empresas. Uma das empresas afirmou que “existe empresas que preparam seus relatórios e dizem que estão de acordo com as diretrizes, mas não existe um controle, e a comparação entre eles pelo público em geral fica desigual (principalmente se for considerado um relatório auditado e que segue minuciosamente os protocolos, e um relatório que não tem esse compromisso)”.

Na opinião de uma das empresas, o processo de auditoria poderia solucionar esse problema. Uma pesquisa da KPMG demonstrou que, entre 2002 e 2013, o percentual de relatórios de sustentabilidade auditados subiu de 30% para 60% entre as 250 maiores empresas do mundo, apesar de não ser uma prática obrigatória na maior parte dos países (KPMG, 2013); porém, Manetti e Becatti (2008) analisaram os padrões de auditoria internacionais de sustentabilidade e concluíram que eles deveriam contemplar diretrizes específicas para os prestadores de serviços de auditoria, destacando a necessidade de padronizar o conteúdo dos relatórios finais e de abrir os serviços de auditoria a profissionais especializados de diferentes áreas, além de contabilidade e auditoria.

A GRI recompensa os relatórios com verificação externa por meio do “+” ao lado do nível de aplicação (A+, B+ e C+), porém, não obriga a sua realização por meio de uma empresa

de auditoria, admitindo outras empresas especializadas ou um comitê de *stakeholders* (GRI, 2011).

5.8. Categoria “indicadores”

Apesar de os indicadores propostos pelo GRI se destacarem como pontos positivos na categoria “guia proposto para a elaboração do relatório”, receberam algumas críticas.

Um dos aspectos levantados foi a existência de indicadores repetitivos; nesse sentido, Lozano e Huisinigh (2011) argumentam que a separação dos indicadores em apenas três dimensões (econômica, ambiental e social) pode gerar conflitos e fazer com que oportunidades de melhoria sejam perdidas. Em razão disso, recomendam a inclusão de três novas categorias que agrupem: indicadores que dizem respeito às três dimensões já citadas; indicadores comuns às dimensões econômica e ambiental; e indicadores comuns às dimensões ambiental e social.

Também foi levantado o aspecto “indicadores não específicos para o setor”; talvez um sinal de que os suplementos setoriais fornecidos pela GRI (2011) ainda não atendam a todas as empresas. Uma empresa do setor financeiro afirmou que o suplemento de seu setor era pouco aplicável à empresa.

Outras críticas aos indicadores foram: “quantidade de indicadores”, “alguns indicadores pouco relevantes para o *core* da empresa” e “medidas utilizadas nos indicadores não são usuais no Brasil”. De acordo com as diretrizes da GRI, a não aplicabilidade de um indicador não deveria ser problema, visto que a explicação da não inclusão de um indicador conta como reporte (GRI, 2011); entretanto, essas críticas podem significar que, na prática, as empresas podem se sentir pouco à vontade em utilizar esse recurso.

Por fim, também foi levantado que algumas práticas de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) não são contempladas nos indicadores. No questionário enviado às empresas, também foi perguntado se alguma prática de responsabilidade social corporativa não pôde ser evidenciada por meio dos indicadores GRI: das 27 organizações respondentes, seis afirmaram que sim, 20 que não e uma não respondeu. Considerar que 22% das organizações possuíam pelo menos uma prática não considerada pela GRI pode indicar uma lacuna no conjunto de indicadores proposto.

Considerou-se interessante destacar a quantidade de vezes em que os temas de cada categoria foram citados, o que se expõe na Figura 2. Os principais aspectos negativos identificados destacam insatisfação com os indicadores e com as dificuldades em realizar o processo proposto.

6. CONCLUSÕES

Não é possível afirmar que melhorar a imagem das organizações esteja entre os objetivos da GRI, mas, a partir do momento em que ela permite que as empresas possam medir o seu desempenho social, fornece uma ferramenta de *marketing*.

Categoria	Número de Vezes em que um de Seus Temas Foi Citado
Indicadores	13
Dificuldades no processo proposto	11
Avaliação dos relatórios	11
Modelo do relatório final	10
Dificuldades internas	7
Foco em grandes empresas	4
Visão externa do relatório	3
Utilização do relatório como instrumento de <i>marketing</i>	1

Figura 2: Quantidade de Citações de Temas por Categoria da Questão Sobre Aspectos Negativos do Modelo de Reporte da GRI

Porém, diversas críticas surgem nesse contexto: os próprios respondentes reclamaram que as organizações não são confiáveis na emissão de relatórios, e que seria um prejuízo à análise comparar relatórios auditados com outros não auditados; mas, mesmo que todos fossem auditados, não há um padrão de auditoria de sustentabilidade amplamente aceito, o que ainda representaria um problema.

Outro ponto bastante criticado foram os níveis de aplicação do relatório GRI: as organizações argumentaram que essa avaliação considera a quantidade e não a qualidade dos indicadores divulgados. Esse tipo de questionamento gera insatisfação nos relatores e poderia levar à desistência do reporte. No entanto, algumas das críticas sobre os níveis de aplicação não têm fundamento, afirmando que, em alguns casos, não é necessário divulgar determinado indicador e que isso atrapalharia a avaliação, mas o fato de apenas relatar por que determinado indicador não foi reportado já conta como reporte e a avaliação não seria prejudicada. O problema identificado é o fato de ser simples burlar o sistema de classificação ou avaliação dos relatórios, e também de que as classificações são confundidas com notas em desempenho sustentável, o que não é verdade.

Já na categoria de razão para o reporte “relacionamento com *stakeholder*”, as críticas que surgem são em relação ao modelo do relatório final e às dificuldades em seguir o modelo proposto. Sobre o modelo do relatório, afirmou-se que é difícil elaborar um documento claro e conciso, já que a quantidade de dados levantados é muito grande, o que torna os relatórios pouco atraentes e úteis a um pequeno número de leitores. As organizações, assim como a literatura revisada, afirmaram haver uma falta de padrão nos relatórios, o que dá margem para a falta de objetividade, podendo indicar que um modelo menos flexí-

vel traria vantagens ao aumentar a padronização; porém, isso contraria pesquisas anteriores, que recomendam um relatório mais flexível e útil a mais setores (Alonso-Almeida, Llach, & Marimon, 2013). Por fim, critica-se o fato de o relatório não contemplar informações financeiras, tornando-o peça complementar e não obrigatória de análise. Nesse contexto, surgem os relatórios integrados, padrão de reporte que integra as informações de sustentabilidade ao relatório anual das organizações, e que está sendo testado em um projeto-piloto com empresas de todo o mundo, coordenado pelo IIRC, organismo do qual a GRI também faz parte. Esse talvez seja o próximo passo na evolução dos relatórios de sustentabilidade, dando destaque a essas informações, tornando-as mais confiáveis e incentivando estratégias de atuação mais sustentáveis (Sierra-García, García-Benau, & Zorio, 2014).

Ainda na mesma categoria, as organizações levantaram a dificuldade em engajar os *stakeholders* no processo de elaboração do relatório. Esse tema parece bastante delicado, já que pode depender também do empenho do *stakeholder* em defender seus interesses. Porém, ainda assim, seria interessante que as diretrizes GRI possuíssem maior padronização em relação à maneira como a organização envolveria o *stakeholder*, já que, dependendo da forma escolhida, a participação pode ser efetiva ou não.

Pensando na categoria de razão para reporte “apoiar a gestão”, e após considerar que outras razões, como melhorar a imagem e o relacionamento com os *stakeholders*, possuem aspectos negativos tão críticos, poderia se estabelecer que

uma das principais razões para o reporte tem sido obter uma ferramenta de gestão. As possíveis críticas a essa categoria são: falta de padrão, dificuldade de engajamento do *stakeholder* e divulgação de informações que não são úteis aos *stakeholders*; todas elas ligadas ao meio externo. Pensando no interior da empresa, as críticas estão ligadas à falta de recursos da organização (pessoal e financeiro) para atender ao processo demandado e a certa insatisfação com os indicadores utilizados. Entretanto, ainda assim, a razão “apoiar a gestão” parece ser a menos frágil diante das críticas, podendo ser considerada a principal razão para o reporte em sustentabilidade, o que confirmaria os resultados obtidos no estudo da GRI de que a busca por melhor *performance* em sustentabilidade seria a principal razão para o reporte em sustentabilidade e não o engajamento do *stakeholder* ou comparações entre empresas (Futerra SustainAbility Communications *et al.*, 2010).

É bastante nítida a influência dos relatórios de sustentabilidade na busca das empresas por responsabilidade social corporativa, seja incentivando, oferecendo suporte ou tornando algo indispensável para a sua continuidade no mercado; porém, algumas melhorias se fazem necessárias para tornar mais eficaz o processo de reporte. Assim, propõem-se, por meio da Figura 3, algumas melhorias no atual modelo de reporte proposto pela GRI, em que cada sugestão está acompanhada da categoria de análise que lhe deu origem, de uma breve descrição do ponto que foi criticado e da referência ao autor que fez a sugestão, nos casos necessários. ◆

Crítica			
Categoria	Descrição	Sugestão	Base
Modelo do relatório final	Relatório pouco atraente	Quadro-resumo que ofereça visão global da organização	Utama (2011)
Visão externa do relatório	Nem todas as organizações são sinceras no reporte	Obrigatoriedade de auditoria e elaboração de padrão de auditoria	Utama (2011)
Modelo do relatório final	Falta de informações financeiras o tornam peça complementar de análise	Optar pelos relatórios integrados	KPMG (2013)
Modelo do relatório final	Falta de padrão	Definição de forma final de relatório	Este estudo
Avaliação do relatório	Classificação por nível de aplicação confundida com desempenho em sustentabilidade	Necessidade de desenvolvimento de novo padrão de classificação dos relatórios	Este estudo
Dificuldade no processo proposto	Processo não definido de engajamento do <i>stakeholder</i>	Criar padrões para o engajamento dos <i>stakeholders</i>	Siddall, Grey & Dyer (2013)
Dificuldades internas	Falta de pessoal e recursos financeiros	Analisar alternativas para criar um sistema de reporte mais simples e efetivo	Este estudo

Figura 3: Sugestão de Melhorias ao Modelo Atual de Reporte Proposto pela GRI

- Alonso-Almeida, M. D. M., Llach, J., & Marimon, F. (2013). A Closer Look at the "Global Reporting Initiative" Sustainability Reporting as a Tool to Implement Environmental and Social Policies: A Worldwide Sector Analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 335 (July 2013), n/a–n/a. Disponível em <http://doi.org/10.1002/csr.1318>
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo* (1st ed.). São Paulo: Edições 70.
- Baumgartner, R. J., & Ebner, D. (2010). Corporate Sustainability Strategies: Sustainability Profiles and Maturity Levels, 89(February), 76-89.
- Berthelot, S., Coulmont, M., & Serret, V. (2012). Do investors value sustainability reports? A Canadian study. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 19, 355-363. Disponível em <http://doi.org/10.1002/csr.285>
- Boiral, O. (2013). Sustainability reports as simulacra? A counter-account of A and A+ GRI reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 26(7), 1036-1071. Disponível em <http://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2012-00998>
- Borga, F., Citterio, A., Noci, G., & Pizzurno, E. (2009). Sustainability Report in Small Enterprises: Case Studies in Italian Furniture Companies. *Business Strategy and the Environment*, 18(1), 162-176.
- Bouten, L., Everaert, P., Van Liedekerke, L., De Moor, L., & Christiaens, J. (2011). Corporate social responsibility reporting: A comprehensive picture? *Accounting Forum*, 35(3), 187-204. Disponível em <http://doi.org/10.1016/j.acfor.2011.06.007>
- Brown, H. S., de Jong, M., & Levy, D. L. (2009). Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 17(6), 571-580. Disponível em <http://doi.org/10.1016/j.jclepro.2008.12.009>
- Calixto, L. (2013). A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. *Revista de Administração [RAUSP]*, 48(4), 828-842. Disponível em <http://doi.org/10.5700/rausp1124>
- Campos, L. M. de S., Sehnem, S., Oliveira, M. de A. S., Rossetto, A. M., Coelho, A. L. de A. L., Dalfovo, M. S. (2013). Relatório de sustentabilidade : perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. *Gestão & Produção*, 20(4), 913-926.
- De Villiers, C., & van Staden, C. J. (2006). Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa. *Accounting, Organizations and Society*, 31(8), 763-781. Disponível em <http://doi.org/10.1016/j.aos.2006.03.001>
- Dincer, B. (2011). Do the shareholders really care about corporate social responsibility?, 2(10), 71-77.
- Du, X. (2014). How the Market Values Greenwashing? Evidence from China. *Journal of Business Ethics*, (422). Disponível em <http://doi.org/10.1007/s10551-014-2122-y>
- Elkington, J. (2001). *Canibais com Farfo e Faca* (1ª ed.). São Paulo: MAKRON Books.
- Futerra Sustainability Communications, KPMG, & SustainAbility. (2010). *Reporting Change: Readers & Reporters Survey 2010*.
- Gray, R. (2001). Thirty years of social accounting, reporting and auditing: what (if anything) have we learnt? *Business Ethics: A European Review*, 9-15. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8608.00207/full>
- GRI. (2011). *Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade – Versão 3.1*. Amsterdam: GRI.
- GRI. (2012). *Pontos de Partida Relatórios de Sustentabilidade da GRI : Quanto vale essa jornada ?* Amsterdam: Global Reporting Initiative.
- GRI. (2013). *The sustainability content of integrated reports – a survey of pioneers*. Amsterdam.
- Gunasekaran, A., Jabbour, C. J. C., & Jabbour, A. B. L. D. S. (2014). Managing organizations for sustainable development in emerging countries: an introduction. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 21(3), 195-197. Disponível em <http://doi.org/10.1080/13504509.2014.915439>
- Hopwood, A. G. (2009). Accounting and the environment. *Accounting, Organizations and Society*, 34(3-4), 433-439. Disponível em <http://doi.org/10.1016/j.aos.2009.03.002>
- Isaksson, R., & Steimle, U. (2009). What does GRI-reporting tell us about corporate sustainability? *The TQM Journal*, 21(2), 168-181. Disponível em <http://doi.org/10.1108/17542730910938155>
- KPMG. (2013). *The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2013*. Disponível em <http://www.kpmg.com/Global/en/IssuesAndInsights/ArticlesPublications/corporate-responsibility/Documents/corporate-responsibility-reporting-survey-2013.pdf>
- Lin, I. H. H., Chang, O., & Chang, C. A. (2015). Perceptions of gri reporting guidelines. *International Journal of Sustainability Policy and Practice*, 9(4), 35-54. Disponível em <http://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-84922772166&partnerID=tZOTx3y1>
- Lozano, R., & Huisingh, D. (2011). Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 19(2-3), 99-107. Disponível em <http://doi.org/10.1016/j.jclepro.2010.01.004>
- Morhardt, J. E. (2009). General Disregard for Details of GRI Human Rights Reporting by Large Corporations. *Global Business Review*, 10(2), 141-158. Disponível em <http://doi.org/10.1177/097215090901000201>
- Moseñe, J. a., Burritt, R. L., Sanagustín, M. V., Moneva, J. M., & Tingey-Holyoak, J. (2013). Environmental reporting in the Spanish wind energy sector: an institutional view. *Journal of Cleaner Production*, 40, 199-211. Disponível em <http://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.08.023>

REFERÊNCIAS

- Ramos, T. B., Martins, I. P., Martinho, A. P., Douglas, C. H., Pinho, M., & Caeiro, S. (2013). An open participatory conceptual framework to support State of the Environment and Sustainability Reports. *Journal of Cleaner Production*, 64, 158-172. Disponível em <http://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.08.038>
- Reynolds, M., & Yuthas, K. (2007). Moral Discourse and Corporate Social Responsibility Reporting. *Journal of Business Ethics*, 78(1-2), 47-64. Disponível em <http://doi.org/10.1007/s10551-006-9316-x>
- Roca, L. C., & Searcy, C. (2012). An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. *Journal of Cleaner Production*, 20(1), 103-118. Disponível em <http://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.08.002>
- Samuel, V. B., Agamuthu, P., & Hashim, M. a. (2013). Indicators for assessment of sustainable production: A case study of the petrochemical industry in Malaysia. *Ecological Indicators*, 24, 392-402. Disponível em <http://doi.org/10.1016/j.ecolind.2012.07.017>
- Siddall, E., Grey, T., & Dyer, M. (2013). Indicators and stakeholder engagement: a Dublin case study. *Proceedings of the ICE - Engineering Sustainability*, 166(2), 85-97. Disponível em <http://doi.org/10.1680/ensu.12.00004>
- Sierra-García, L., García-Benau, M. a., & Zorio, A. (2014). Credibilidad en Latinoamérica del Informe de Responsabilidad Social Corporativa. *RAE-Revista de Administración de Empresas*, 54(1), 28-38. Disponível em <http://doi.org/10.1590/S0034-759020140104>
- Utama, S. (2011). An evaluation of support infrastructures for corporate responsibility reporting in Indonesia. *Asian Business & Management*, 10(3), 405-424. Disponível em <http://doi.org/10.1057/abm.2011.10>
- Yadava, R. N., & Sinha, B. (2015). Scoring Sustainability Reports Using GRI 2011 Guidelines for Assessing Environmental, Economic, and Social Dimensions of Leading Public and Private Indian Companies. *Journal of Business Ethics*. Disponível em <http://doi.org/10.1007/s10551-015-2597-1>

ABSTRACT

Negative aspects in reporting model proposed by GRI: the views of the reporting organizations

The purpose of this study is to identify negative aspects in the reporting model proposed by the Global Reporting Initiative (GRI), according to the opinion of the staff responsible for reporting. The importance of this study lies in the fact that few studies investigate the sustainability reports from this point of view and that it offers to GRI specific points to be improved. The research was conducted through content analysis of the answers of 27 companies to the following questions: What are the negative aspects you identify in the reporting model proposed by GRI? The questionnaire was sent to all Brazilian companies that published the GRI report concerning base year 2010 between 2011 and 2013. As a result, respondents considered that the companies have difficulty to understand the guidelines proposed by GRI, which was considered complex, ambiguous and too flexible, thus undermining standardization and comparison between the reports. This fact has implications for the GRI, which should propose a simpler and less flexible methodology.

Keywords: Global Reporting Initiative, sustainability report, sustainability certification.

RESUMEN

Aspectos negativos en el modelo de presentación de informes propuesto por el GRI: la opinión de las organizaciones

El objetivo en este estudio es identificar las debilidades en el modelo de informe propuesto por el GRI (*Global Reporting Initiative*), en la opinión de los responsables de la presentación de los reportes. La importancia de este trabajo radica en el hecho de que en pocos estudios se investigan los informes de sostenibilidad desde este punto de vista, y porque presenta puntos específicos para mejorar. Se llevó a cabo un análisis de contenido de las respuestas de 27 empresas a la pregunta: ¿qué aspectos negativos identifica usted en el modelo de informe propuesto por el GRI? Esta pregunta fue enviada a todas las empresas brasileñas que publicaron el informe GRI para el año base 2010, entre los años 2011 y 2013. Como resultado, los encuestados opinaron que las empresas tienen dificultad para entender el modelo propuesto por el GRI, que fue considerado complejo, ambiguo y demasiado flexible, lo que hace difícil estandarizar y comparar los informes. Esto tiene implicaciones para el GRI, que podría proponer una metodología más sencilla y menos flexible.

Palabras clave: *Global Reporting Initiative*, informe de sostenibilidad, certificación de sostenibilidad.

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

(De acordo com as normas da *American Psychological Association [APA]*)

Ferreira-Quilice, T., & Caldana, A. C. F. (2015, outubro/novembro/dezembro). Aspectos negativos no modelo de reporte proposto pela GRI: a opinião das organizações que reportam. *Revista de Administração [RAUSP]*, 50(4), 405-415. doi: 10.5700/rausp1209